

de Brasília.  
 Muito obrigado.  
 PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Agradeço ao Deputado Wasny de Roure.  
 Continua em discussão. (Pausa.)  
 Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação.  
 Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a indicação do nome do Sr. Edmilson Gama da Silva para a Presidência do BRB; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.  
 Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.  
 (Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
 ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 13/03/2011

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 10/3/2011

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO
- PARECER ÀS EMENDAS - AP. Nº(S)  EMENDAS REJ. Nº(S)
- CCI  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDSCMAT  M.DIR.  COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
- PROJETO DE LEI Nº(S)
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 12/11
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
- RECURSO Nº(S)
- REQUERIMENTO Nº(S)
- OUTROS
- VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Comissão de Economia, Orçamento e Executivos

Relator: Deputado(a): Finanças

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NAO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	EVANDRO GARLA	PRB				X	
	JOE VALLE	PSB	X				X
	LILIANE RORIZ	PRTB	X				X
	LUIZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	X				
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	<b>TOTAL</b>		23			1	

SECRETÁRIO DEP. *ANDRÉ ARAÚJO*  
 CONSOLIDADO POR  
 ASSINATURA MAT. ASSP/ Nº 1/ FOLHA Nº

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 23 votos favoráveis. Houve uma ausência.  
 Está aprovado.  
 DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.  
 PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.  
 DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final, para que possa ser encaminhada ao Diário da Câmara Legislativa ainda hoje, ser publicada, e que amanhã ele possa tomar posse.  
 PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. quanto à dispensa do interstício e à imediata apreciação da redação final.  
 Passa-se à imediata apreciação da matéria.  
 Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2011, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova a indicação do Presidente do Banco de Brasília S/A – BRB”.  
 Em discussão a redação final. (Pausa.)  
 Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.  
 Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a

redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.  
 Com relação à publicação amanhã, Deputado Chico Vigilante, V.Exa., que é um Parlamentar muito experiente, não só na Câmara Legislativa como na Câmara dos Deputados, sabe que, regimentalmente, o projeto tem de descer à comissão para que seja feita a redação final. Então, não posso me comprometer que a publicação seja feita amanhã, mas a comissão vai envidar todos os esforços para que, o mais breve possível, seja feita a redação final e encaminhada à publicação no Diário da Câmara Legislativa.  
 Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.  
 DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, V.Exa. também esteve presente à sessão. Quero dizer, Deputado Agaciel Maia, que ela foi superinteressante. Acho que todos os Deputados viram como o Sr. Edmilson Gama tem competência para tocar o Banco de Brasília, para fazer desse banco um dos melhores bancos do Brasil. Pela metodologia utilizada, pela forma das perguntas feitas, pelas respostas concisas e seguras, o Sr. Edmilson demonstrou preparo adequado.

Espero que tenhamos esse tipo de encaminhamento do Governo, que venham as coisas realmente preparadas para que possamos votar com segurança. E que consigamos também, com um pouco de antecedência, as informações, para que nos preparemos, garantindo assim o melhor para o Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.  
 PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria repetir o que eu disse hoje de manhã, que o Governador está de parabéns pela escolha. De fato, é um senhor que tem uma carreira dentro da Caixa Econômica Federal. Acredito que o pensamento que ele teve frente à Caixa Econômica vai realmente trazer uma segurança maior dentro do BRB, tanto para os servidores quanto para aqueles que têm conta no BRB. Acho que o BRB tem de ser, de fato, um banco competitivo. Ele assegurou que vai fazer isso na gestão dele. Muito obrigada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos fazendo um convite aqui, que inclusive está sendo protocolado por cada Deputado. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar vai fazer uma visita in loco ao Lixão no dia 23 de fevereiro, às 9h. Então, eu gostaria que todos os Parlamentares recebessem o convite, para que possam agendar antecipadamente a visita. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão. Todos os Deputados estão convidados.  
 Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.  
 (Levanta-se a sessão às 17h28min.)

**TERCEIRA SECRETARIA**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**  
**SETOR DE TAQUIGRAFIA**  
**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA**  
**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª**  
**(DÉCIMA)**  
**SESSÃO ORDINÁRIA,**  
**DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.  
 Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.  
 Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.  
 Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.  
Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário. (Leitura do Expediente.)  
O Expediente lido vai à publicação. (Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 43, de 04/03/2011, juntamente com a ata sucinta da 10ª Sessão Ordinária.)  
PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dá-se início aos Comunicados da Mesa  
Leitura da ata da sessão anterior.  
Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.  
DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.  
PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:  
- Ata da 9ª Sessão Ordinária.  
PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dá-se início ao PEQUENO EXPEDIENTE.  
Passa-se aos Comunicados de Líderes.  
Antes, porém, quero cumprimentar o pessoal que se encontra na galeria. Para nós é um prazer tê-los aqui nesta Casa, como se fosse a casa de vocês. Pessoal da educação, pessoal da saúde, militares, sejam muito bem-vindos, pois esta Casa é a Casa do povo. É aqui que discutimos as questões que afligem o nosso povo de Brasília. Muito obrigado pela presença.  
Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, para verificação de quorum.  
(Procede-se à verificação de quorum.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 21/03/2011

**VERIFICAÇÃO DE QUORUM**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS  
6ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2011/2014**

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	✓		
AYLTON GOMES	PR		✓	
BENEDITO DOMINGOS	PP	✓		
BENÍCIO TAVARES	PMDB		✓	
CELINA LEÃO	PMN	✓		
CHICO LEITE	PT	✓		
CHICO VIGILANTE	PT		✓	
CLÁUDIO ABRANTES	PPS	✓		
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		✓	
DR. MICHEL	PSL	✓		
ELIANA PEDROSA	DEM		✓	
EVANDRO GARLA	PRB	✓		
JOE VALLE	PSB	✓		
LILIANE RORIZ	PRTB		✓	
LUZIA DE PAULA	PPS	✓		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	✓		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		✓	
RAAD MASSHOU	DEM		✓	
REJANE PITANGA	PT	✓		
RÔNEY NEMER	PMDB		✓	
WASHINGTON MESQUITA	PSDB		✓	
WASNY DE ROURE	PT		✓	
WELLINGTON LUIZ	PSC		✓	
PATRÍCIO	PT		✓	
TOTAL		11	13	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência informa que o Deputado Aylton Gomes encontra-se numa reunião de Líderes na Presidência desta Casa, bem como os demais Líderes.  
DEPUTADA LUZIA DE PAULA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.  
PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.  
DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Raad Massouh pediu-me para informar que S.Exa. está num velório, na sua cidade, Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está registrado. Esta Presidência informa que, até por questão de justiça, em razão de os Líderes estarem em reunião na Presidência, vai suspender os trabalhos por 30 minutos para que eles possam retornar ao plenário e retomar os trabalhos.  
Está suspensa a sessão.  
(Suspensa às 15h48min, a sessão é reaberta às 16h15min.)  
PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está reaberta a sessão.  
(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)  
PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Houve reunião do Colégio de Líderes, na Presidência, até agora. Entramos em acordo para apreciação de alguns itens da Ordem do Dia.  
Convido o Deputado Dr. Michel a secretariar os trabalhos da Mesa.  
Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de quorum.  
(Procede-se à verificação de quorum.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 22/03/2011

**VERIFICAÇÃO DE QUORUM**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS  
6ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2011/2014**

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		✓	
AYLTON GOMES	PR	✓		
BENEDITO DOMINGOS	PP	✓		
BENÍCIO TAVARES	PMDB		✓	
CELINA LEÃO	PMN		✓	
CHICO LEITE	PT	✓		
CHICO VIGILANTE	PT	✓		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		✓	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		✓	
DR. MICHEL	PSL	✓		
ELIANA PEDROSA	DEM		✓	
EVANDRO GARLA	PRB	✓		
JOE VALLE	PSB	✓		
LILIANE RORIZ	PRTB	✓		
LUZIA DE PAULA	PPS	✓		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	✓		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		✓	
RAAD MASSHOU	DEM		✓	
REJANE PITANGA	PT	✓		
RÔNEY NEMER	PMDB	✓		
WASHINGTON MESQUITA	PSDB		✓	
WASNY DE ROURE	PT		✓	
WELLINGTON LUIZ	PSC		✓	
PATRÍCIO	PT	✓		
TOTAL		13	11	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, quorum regimental.  
Dá-se início ao PEQUENO EXPEDIENTE.  
Passa-se aos Comunicados de Líderes.  
Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)  
Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)  
Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)  
Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.  
DEPUTADA ELIANA PEDROSA (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, pessoal da galeria, pessoal da saúde, da educação, boa-tarde.  
Estou vendo que a turma da saúde pede que as nomeações saiam já. Ontem o Governador Agnelo sancionou o projeto de lei votado aqui nesta Casa, de iniciativa do Poder Executivo, que cria mais cargos na saúde. Eu acho que está aberto o caminho para que as nomeações possam acontecer.  
Na educação, nós ainda temos um atraso. Peço ao Presidente desta Casa, ao Deputado Chico Vigilante, Líder do PT, ao Deputado

Wasny de Roure, Líder de Governo, que levem ao Governador esta demanda tão importante, tão necessária - a contratação dos professores concursados. Nós precisamos não apenas dos professores, mas também dos assistentes de educação. Há vagas, há orçamento, há temporários sendo contratos, há um TAC assinado, há uma decisão judicial. Parece-me que o Governo não precisa ficar nesse limite da lei, esperando que se aprofunde a crise para tomar uma decisão.

Aproveito hoje também estes Comunicados de Líderes para chamar a atenção do Governo, pois o mês de fevereiro termina semana que vem, dia 28. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe que o demonstrativo de receitas e despesas do último quadrimestre do ano de 2010 seja apresentado aqui na Câmara Legislativa. Como não há nenhum agendamento, como não recebemos nenhuma comunicação, como está aberta esta agenda, eu aproveito para lembrar o Governo que é muito importante conhecermos a realidade do último quadrimestre de 2010, como está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Afinal, muito se disse que o Governo recebia uma herança de dívidas.

Há poucos dias, inclusive no jornal, foi noticiado, foi manchete a existência de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) de passivo, de folha de pagamento. Acho que essa audiência, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, será muito esclarecedora para avançarmos na questão da contratação dos professores. Então, a gente lembra que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe que, ainda no mês de fevereiro, ocorra essa audiência aqui na Câmara Legislativa, para que as metas fiscais, o demonstrativo das receitas e despesas do último quadrimestre do ano de 2010 possam ser apresentadas.

Também aproveito para tocar num ponto importante. Hoje acho que todos nós estamos unidos no propósito de combater o crack, de verificar exatamente a situação de cada morador de rua. Hoje a Deputada Arlete Sampaio, Secretária de Desenvolvimento Social, foi ao DFTV dar o seu testemunho sobre as ações que o Governo está realizando nessa área. Eu faço a observação de que, no Governo anterior, estive à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e tive a oportunidade de estruturar uma unidade dentro da Secretaria exclusivamente para tratar dessas questões. E, mais ainda, fomos a primeira unidade da federação, Deputado Chico Vigilante, a fazer um concurso para educador de rua que exigiu curso superior, para que o servidor faça a abordagem correta, o encaminhamento correto, para que tenhamos realmente um instrumento que faça a religação daquelas pessoas que estão na rua com as suas famílias. Deixamos também uma pesquisa, base do planejamento para todas as ações, realizada com todos os moradores de rua para mapear cada local e o perfil de cada uma daquelas pessoas.

Então, estamos aqui para dizer que queremos que todas as ações que forem iniciadas - como as ações realizadas de forma integrada, que fizeram com que o governo passado ocupasse o antigo espaço do Touring Club a fim de fazer ali uma reunião de várias secretarias, de vários órgãos, e sabemos da dificuldade de se integrar as ações - não sejam perdidas, que tenham continuidade do ponto em que estão para que não fiquemos reinventando a roda. Espero que efetivamente tenhamos, Deputado Evandro Garla, mais resultado, mais efetividade no combate ao crack, principalmente na recuperação daquelas pessoas. Hoje elas estão nas ruas porque tiveram algum problema grave de agressão, de incompreensão. Espero que essas pessoas tenham efetivamente a oportunidade de restabelecerem seus laços familiares, de terem uma vida cidadã e de darem aos brasileiros a sensação de que estão conseguindo resolver as suas mazelas.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (BLOCO PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o governo do nosso companheiro Agnelo Queiroz, Deputado Joe Valle, está com 53 dias de idade e está enfrentando a mesma situação que o governo do Presidente Lula enfrentou no início do seu mandato. O governo do Partido dos Trabalhadores e dos partidos aliados encontrou o Estado completamente destruído, Deputado Wasny de Roure, devido às terceirizações, a uma modalidade de serviço pior do que a das terceirizações, as chamadas cooperativas

que existiam, Deputado Agaciel Maia, na Esplanada dos Ministérios. Havia, inclusive, cooperativas com escritório nos Estados Unidos e sede no Distrito Federal. Nós enfrentamos tudo isso para colocar o serviço público em ordem.

Quando abrimos os primeiros concursos públicos, a Oposição de então, liderada pelo Democratas - e eu me lembro do Senador Agripino Maia o tempo todo atacando o Governo -, dizia que estávamos inchando a máquina pública. Na verdade, nós diminuimos a terceirização e contratamos, ao longo de 8 anos, 65 mil novos servidores públicos por intermédio de concurso público, maneira correta de se colocar trabalhador no Estado. Foi o que fizemos.

Aqui no Distrito Federal a situação é a mesma. Encontramos o Distrito Federal completamente desarticulado. Quem não se lembra do famoso Instituto Candango de Solidariedade, que chegou a ter 32 mil servidores contratados? Se naquele tempo não existisse o Instituto Candango de Solidariedade, se tivessem realizado concursos necessários para a contratação de trabalhadores, seguramente não haveria a carência de trabalhadores que há hoje.

Em 4 anos vamos corrigir isso. Já começamos pela saúde. O Governo mandou o projeto e está autorizada a contratação de 11 mil servidores na saúde nos próximos 4 anos. Isso é ação, isso é governo, isso é a demonstração de como se faz a coisa! Já contratamos 400 professores, Deputada Rejane Pitanga, e vamos contratar mais. Esse Governo não faz demagogia, não mente, não engana as pessoas! Não mente, não engana, não ilude!

Existe, Deputado Wasny de Roure, um instrumento chamado Lei de Responsabilidade Fiscal. Inclusive, a imprensa, no dia de hoje, traz, no Correio Braziliense, que é um dos jornais mais respeitados desta cidade, a notícia de que o Distrito Federal está à beira de romper o limite dessa lei.

Queremos fazer com que o Distrito Federal arrecade mais, para que possamos contratar mais servidores, pagar os salários que devem ser pagos aos trabalhadores, respeitar esses trabalhadores e colocar em chefias - para isto, tem de haver carreiras de Estado - servidores concursados. Isso é Estado! Isso é governo! Isso é diferente do que tivemos até então. Agora, não queiram que a gente faça tudo isso em 53 dias! O passo inicial, já demos e vamos fazer mais! Vamos fazer mais, porque este Governo, Deputada Luzia de Paula, veio exatamente para mudar a realidade que existia até então no Distrito Federal. É essa a nossa ação e, a vida inteira, estivemos de um lado. Nunca estivemos do outro lado do balcão. Sempre estivemos do lado dos trabalhadores e vamos continuar assim!

O Governo do companheiro Agnelo Queiroz não vai aceitar, em hipótese nenhuma - e nós não admitiremos isto -, mentira, falsidade e demagogia. Isso, não! Isso, jamais faremos!

Portanto, os servidores que estão aqui podem ficar tranquilos, porque o nosso Governo age, tem proposta, foi eleito democraticamente e tem um resgate para com a população do Distrito Federal.

(Pausa.)

Sou sindicalista, e o tempo, aqui, quem controla é a Mesa. Sou sindicalista e tenho um compromisso, efetivamente, com a classe trabalhadora. Tenho compromisso com a transformação do Distrito Federal. Temos um governador sindicalista, médico e comprometido com a saúde do Distrito Federal, que é o Dr. Agnelo Queiroz.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Vigilante, só um instante, por gentileza.

Eu queria pedir ao pessoal da galeria, por gentileza, que respeitasse a fala do Parlamentar. Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, também há galeria e lá os manifestantes não podem fazer qualquer tipo de manifestação. Nesta Casa, por sermos democráticos e por sermos republicanos, permitimos o comparecimento de qualquer cidadão e de qualquer trabalhador para todo tipo de reivindicação.

Por isso, só pedimos que respeitem o momento em que o Parlamentar está fazendo seu pronunciamento, já que o tempo é corrido. Além disso, temos aqui o serviço de taquigrafia, que precisa registrar tudo. Esse registro será um documento que servirá para resguardar as atividades dos Parlamentares, que foram eleitos democraticamente, pelo voto. Após o pronunciamento do Parlamentar, é livre a manifestação de todos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, Deputado Patrício.

Quero, desta tribuna, Deputado Agaciel Maia, deixar claro para a população do Distrito Federal que colocamos no Palácio do

Buriti um homem que tem compromisso com esta cidade, que tem compromisso com a recuperação do serviço público desta cidade.

Hoje, conversávamos com a Secretária de Educação, Deputada Rejane Pitanga – Vossa Excelência estava lá –, e víamos o anseio da Secretaria por uma educação de qualidade para o Distrito Federal, a ponto de a classe média voltar para a escola pública. Escola pública, no Distrito Federal, Deputada Luzia de Paula, hoje, é coisa só para pobre, e queremos que seja para todos, com a qualidade que ela terá. Queremos a mesma coisa com relação à saúde, porque sabemos do sofrimento por que hoje passam, inclusive, as pessoas que tem plano de saúde. Esse assunto também é uma discussão a ser feita nesta Casa. Sabemos como é o atendimento das chamadas clínicas privadas do Distrito Federal, bem como a maneira degradante com que os usuários são atendidos.

Portanto, o Governo tem esse compromisso e vai recuperar a qualidade do serviço público do Distrito Federal. Para isso, tem o apoio de mais de 60% da população do Distrito Federal, que não quer a volta dos desmandos que existiam aqui.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Ainda nos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, professores que aí estão. Fico muito feliz de ver essa classe mobilizada. É muito importante que os professores se façam ouvir e que se coloquem à disposição para os acordos.

O meu comunicado, hoje, como Líder do bloco PPS, PSB e PDT, tem a finalidade de apresentar uma proposta de lei que, a meu ver, é uma solução para um dos problemas que os professores têm enfrentado.

Nessa última quinta-feira, apresentei o seguinte projeto de lei: “... estabelece a obrigatoriedade de a Secretaria de Estado de Educação informar, quando da nomeação do professor substituto, no Diário Oficial do Distrito Federal, o nome completo e a matrícula do professor efetivo ora substituído e dá outras providências”.

Hoje, temos, no Distrito Federal, um problema muito sério. Temos professores substitutos que substituem a quem? A lei é muito clara. A lei já existente nos diz que “o professor substituto será convocado para suprir a falta de docente da carreira decorrente de exoneração, demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação, afastamento ou licença de concessão obrigatória”. Por que, ao se convocar um professor substituto, não se faz isso por meio do Diário Oficial? Por que não se diz o nome do professor que está sendo substituído, já que a lei é clara quanto às ocasiões em que um professor pode ser substituído? O resto, qualquer coisa que esteja fora disso, é colocar professor substituto indevidamente. Portanto, esse projeto de lei resolve parte do problema.

No art. 1º do projeto apresentado por mim, eu proponho: “O ato de nomeação do professor substituto promovido pela Secretaria de Educação, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, deverá informar o nome completo do professor substituto nomeado e também deverá informar o nome completo e o número da matrícula do professor efetivo exonerado, demitido, falecido, aposentado, legalmente afastado ou em gozo de licença de concessão obrigatória.”

Esses são os únicos casos em que a lei permite que um professor substituto assuma a vaga.

No art. 2º, eu proponho: “Ficam nulas, de pleno direito, todas as nomeações de professores substitutos que contrariem o disposto nesta lei.”

Essa é uma proposta importante para este Governo. Este Governo, que ajudei a construir, a eleger e que tem uma história tradicionalmente ligada à luta dos professores, precisa dar essa demonstração de compromisso com a classe mais importante deste país. Este Governo precisa revolucionar, nesse caso, justamente porque há décadas que Brasília tem problema de falta de professores e já há muitos anos que os professores substitutos têm causado – não eles em si, mas a forma como são convocados – uma série de constrangimentos.

É muito ruim isso. Creio que um professor substituto deve substituir alguém. E, pela transparência e lisura do processo, é preciso que o nome do professor substituído esteja no Diário Oficial, bem como o nome do seu substituto. Isso revolucionaria a educação em Brasília e nos permitiria dar um passo adiante e sair de uma briga

que já existe há muito tempo e entrar em uma fase de entendimento, porque o Estado cumpriu a sua parte promovendo a transparência, a lisura do processo. Não se pode preencher mais de mil vagas de professores com professores substitutos. O professor substituto tem uma função específica que é substituir alguém por um determinado período de tempo. O professor substituto é um trabalhador importante. Mais importante que qualquer briga é que o aluno tenha aula, mas nós podemos, sim, disciplinar esse processo. Eu tenho a certeza de que os meus colegas Parlamentares, os Deputados desta Casa, não vão se furtar ao dever de fazer do Governo Agnelo de Queiroz o governo revolucionário que ele nasceu para ser. É para isso que o Governo existe. Este Governo que nós construímos é um governo que veio para revolucionar a saúde.

Portanto, eu acredito que este Governo vai cumprir esse papel, pois é o que todos nós esperamos dele. Eu sei que muitos aqui apoiaram o sonho que era trazer um governo diferente para o Distrito Federal. E esta Câmara Legislativa não vai se furtar ao seu dever. Esse é um problema antigo e precisa ser solucionado o mais rápido possível. Por isso eu peço o apoio dos colegas Parlamentares para que ajudem na aprovação da lei que obriga o Governo a nomear o professor substituto em Diário Oficial e a dizer a quem ele está substituindo.

Muito obrigado.

Esta é a minha exposição. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista. Aproveite a oportunidade para comunicar a presença do Deputado Federal Arnaldo Jardim, do PPS, que foi o relator da Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada no final do ano passado, no ano de 2010, pelo Presidente Lula. S.Exa. está fazendo uma visita a esta Casa, no dia de hoje. Faz parte do partido do Deputado Cláudio Abrantes e veio conhecer esta Casa e alguns Parlamentares.

Portanto, seja bem-vindo a esta Casa. Espero que V.Exa. ajude os bombeiros e policiais militares nas leis que são encaminhadas pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional. Contamos com o apoio de V.Exa.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, já que V.Exa. é o último inscrito nos Comunicados de Líderes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. Em seguida, V.Exa., Deputado Wasny de Roure, fará uso da palavra.

DEPUTADO AYLTON GOMES (BLOCO PR/PP/PTB/PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, boa-tarde a todos. Cumprimento também essa galeria maravilhosa, recheada de pessoas que vieram em busca dos seus direitos, que são salutares. Esta é uma casa democrática, é uma casa do povo.

É muito bom quando vemos as categorias se mobilizando e vindo em busca de apoio para os seus pleitos. Quero me somar a essa luta, Deputado Prof. Israel Batista. Eu tenho a certeza de que esse Governo buscará melhorar a educação, a saúde – na qual a minha esposa, como funcionária pública, trabalha. Inclusive todos os dias ela me pede para eu olhar por vocês, podem ter certeza. E eu também sou um funcionário público, da área de segurança. Eu sou um bombeiro, apaixonado pelo que faz. E eu tenho a certeza de que este Governo irá olhar pela educação, pela saúde, mas também pela segurança.

Vendo essa galeria com os companheiros – com faixas, trazendo a sua mobilização, mostrando o seu pular, a sua luta, que é uma luta desde o meu primeiro mandato –, quero parabenizá-los.

Ontem, eu fui surpreendido pela Internet e por algumas informações sobre o nobre Deputado Olair Francisco, por quem tenho um grande carinho e que faz parte da Comissão de Constituição e Justiça. Hoje, foi fechado um acordo naquela Comissão de que não se apresentaria nesta Casa projeto inconstitucional que não suscitasse o anseio de uma tropa ou de uma categoria que não viesse a se finalizar ou a se concretizar.

Eu tenho 15 anos de bombeiro e fui ludibriado muitos anos por promessas falsas, por conversas, por projetos inconstitucionais, por ações e mais ações, em que passaram-se anos e as conquistas não vinham. Aceitei o desafio de enfrentar a urna, aceitei o desafio de colocar a cara à frente para trazer a melhoria para essas categorias, pois há muito não se tinha nada nesse sentido. E digo pela corporação, com muito carinho, que nós finalizamos algo. Há quantos anos vínhamos brigando pelo fim da faxina dentro dos

quartéis, que trazia um desconforto dentro da nossa tropa, que é profissional. A tropa realmente merecia um carinho. Foi o início de uma luta, aconteceu.

Mas faltava algo forte, algo para marcar essa caminhada. E aí nós trabalhamos da forma correta: que é trabalhar junto ao Executivo local, junto ao Governador, trazendo a bancada dos companheiros, fazendo um estudo mais profundo a fim de apresentar um plano de cargos lá na área federal, onde, infelizmente, as nossas matérias são aprovadas, as nossas matérias são encaminhadas. Caso contrário, o Poder Legislativo local não tem a competência para apresentar matéria dessa magnitude; embora eu defenda, concorde e levante essa bandeira, também me como ao Deputado, porque isso é um compromisso de campanha, e é um compromisso junto ao Governo. A gente vem lutando; não conseguimos tudo, reconheço. Não deixamos de lutar, não deixamos de levantar a bandeira.

Reconheço, é uma necessidade de vocês, peguei ônibus também. E hoje, graças a Deus, a corporação já dá a condição de se ir ao trabalho conduzindo o próprio veículo. Para que a gente não continue tendo esse repasse aos empresários, realmente a coisa deve ser correta: é repassar ao bolso do policial, é repassar ao bolso do bombeiro militar. Essa é uma luta que a gente vem trazendo, e há mecanismo legal para isso. Se em função de um projeto ser inconstitucional, se em função de um projeto de lei nesta Casa, que não é de competência dela apresentar, e vocês com certeza sabem disso... Chegará uma hora em que haverá vício de iniciativa e aí irá para a gaveta, e será mais um sonho que ficará na estrada. Nós já apresentamos nesta Casa uma indicação, que é o instrumento legal, sugerindo ao Governo local, sugerindo ao GDF, ao Executivo, que ele estude essa matéria com mais carinho, embora eu tenha ficado sabendo de que foi promessa de campanha dele. Não pude apoiá-lo, apoiamos outro segmento de governo, pois estamos dentro em uma democracia, mas há toda a tranquilidade e a vontade de apoiar o governo nesse apoio à categoria; porque o meu partido é o bombeiro, é o PM, o meu partido é o funcionário público. Porque assim eu sou: eu defendo todas as categorias.

Então, quero nesta tribuna hoje dizer ao Deputado Olair Francisco que eu o parabenezo pela iniciativa, o parabenezo pelo projeto. Temos outro instrumento legal e fiz uma indicação a esta Casa há tempo – nós reiteramos neste Governo, pois essa indicação já havia sido feita no Governo passado, mas não conseguimos –, para sugerir ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal a criação do auxílio transporte a ser pago em pecúnia aos bombeiros e aos policiais militares. Esse é o instrumento que esta Casa, legalmente, sem enganar, sem levar a falsa promessa para não suscitar mais uma vontade de 10, 15, 20 anos em que a gente vem sendo levado, engrupido, sem o fato ser consumado.

Então, fiz essa sugestão, fiz essa indicação para que o Governador... já que é promessa de campanha. Vou fazer parte e vou me somar ao Deputado, e tenho certeza de que o Deputado Patrício também deve somar-se, até porque é Governo, e levar esse anseio para que isso possa acontecer. Não tenham dúvida. Jamais da parte deste Parlamentar faltará garra, coragem, disposição e determinação para trazer melhoria para essa categoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AYLTON GOMES – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO. PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Aylton Gomes, primeiro eu gostaria de cumprimentar os Parlamentares, a imprensa que se encontra aqui, todos os assessores e servidores desta Casa, os concursados da saúde, as pessoas que querem ser servidores públicos da saúde e da educação para representarem verdadeiramente o público do Distrito Federal. Esses, com certeza, serão convocados por este Governo, que tem compromisso com o setor público, com o serviço público em detrimento da terceirização e da privatização do Estado, a exemplo de um projeto vitorioso que o ex-Presidente Lula implementou no Brasil inteiro. Não é à toa que saiu do segundo mandato com mais de 80% de aprovação e elegeu a sucessora Presidenta Dilma Rousseff, que vem fazendo um excelente governo nesses 53 dias de mandato.

Quero cumprimentar especialmente os policiais bombeiros militares. Digo que para mim é uma satisfação ver a galeria lotada de policiais e bombeiros militares fardados, que vêm aqui para se manifestar. Que esta Casa não tenha só uma parte, Deputado Aylton Gomes, mas a galeria completamente cheia de policiais bombeiros militares, lotando a galeria, o hall de entrada e o lado de

fora desta Casa, mostrando que verdadeiramente vocês têm o dever de se manifestar, o direito de se manifestar, já que arriscam a vida diuturnamente para salvar vidas, seja nas escalas da Polícia Militar ou nas alas do Corpo de Bombeiros.

Quero dizer que nós empenhamos luta muitos anos pelos companheiros. Não esqueçam que fui policial militar durante 16 anos, trabalhei diuturnamente nas ruas e fui eleito Parlamentar pela categoria dos policiais bombeiros militares, Deputado Aylton Gomes, assim como V.Exa. Cumpri o mandato nesta Casa. Passamos pela maior crise que Brasília já viu. Assumimos o Governo, Deputado Chico Vigilante, Deputado Wasny de Roure, em terra arrasada. Quem tem conhecimento de todos os dados estatísticos sabe do governo que assumimos. O Deputado Aylton Gomes participou de reuniões com o Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. Rosback, com o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Cel. Márcio, com todas as entidades de classe, há 15 dias, na Presidência desta Casa, e com o Secretário de Segurança Pública, Daniel Lorenz.

Talvez alguns Parlamentares e vocês da galeria tenham sentido a ausência do Deputado Wellington Luiz, que não se encontra no plenário neste momento. S.Exa. está no Parque da Cidade, em uma assembleia da Polícia Civil, representando sua categoria.

Deputado Aylton Gomes, tivemos reunião com o Secretário de Governo e com o Governador. Ficou acertado que não sairá nada para a Polícia Civil — Deputado Dr. Michel, V.Exa. também é da classe dos policiais assim como o Deputado Cláudio Abrantes —, para os policiais civis, se não sair para os policiais bombeiros militares. Já há um grupo de trabalho, Deputado Olair Francisco, trabalhando pelos policiais bombeiros militares e pelos policiais civis, porque temos história nessa luta, conhecemos essa luta.

Vou falar como sempre falei: não faço demagogia e não falo mentira. É importante ter transparência. Conhecemos a história dessa categoria, que é sofrida, que esperou muito no governo passado e não teve seus pleitos alcançados, até em razão da crise que houve. Mas, neste Governo, os pleitos terão de ser cumpridos. É importante lembrar, Deputado Aylton Gomes, que esse trabalho que está sendo feito está visando à redução do interstício, para tirar inclusive da mão do comandante geral, como V.Exa. disse, não só o “poderá”, mas o “deverá” e a obrigatoriedade da redução do interstício quantas vezes for. Isso é que tem de ser colocado. Está sendo reestruturada não só a gratificação do auxílio transporte, mas está sendo revista a lei de vencimento dos policiais bombeiros militares para que se possa trazer justiça a esses profissionais. Nos próximos dias, tenho certeza de que vocês receberão boas notícias do Governador Agnelo Queiroz, porque S.Exa. fará o anúncio, como fez no dia em que entregou as 100 viaturas em frente ao Palácio do Buriti — o Deputado Aylton Gomes se encontrava presente —, para que os policiais bombeiros militares, durante a Copa do Mundo, durante as Olimpíadas, tenham o seu valor reconhecido. Nós não vamos esperar 4 anos, não. Podemos ter certeza de que, junto com os policiais civis, policiais bombeiros militares, irmanados com todos os servidores, levaremos a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros ao patamar que vocês merecem.

Não esquecemos a luta. Não vamos esquecer, não vamos abandonar. Que vocês continuem se organizando junto ao Deputado Olair Francisco, junto a qualquer Parlamentar desta Casa, qualquer Deputado Federal ou Senador, qualquer liderança. Todos serão bem recebidos nesta Casa e serão também acompanhados, cerrando fileiras para que saibamos, no final, alcançar a vitória.

Parabéns e sucesso a todos vocês! (Palmas.)

DEPUTADO AYLTON GOMES – Parabéns, Deputado Patrício.

Eu quero só suscitar uma memória de vocês. Eu fiquei 15 anos na corporação e quase 10 anos como terceiro sargento. Eu digo para vocês que, neste período de 4 anos, em menos de um ano, eu tirei soldado ao posto de sargento. Se não fiz a todos, uma grande parcela foi atendida. No mês de março, nas próximas promoções, vamos acabar com a quantidade de soldados existentes até que se faça outro concurso e ele venha somar às fileiras. Isso é resultado de um trabalho de articulação, um resultado direto no orçamento de vocês, um resultado direto na vida familiar de vocês. Ficamos estagnados muitos anos nas promoções.

Eu digo que nunca aconteceu na história dessa corporação redução da redução. Você reduzir o mesmo interstício para ocupar as vagas, para habilitar o companheiro para ele ocupar uma vaga que está na frente dele, pela qual ele esperou tanto tempo e não tinha

condição. Digo e desafio qualquer bombeiro: quanto tempo ele ficou na mesma graduação depois que nós assumimos? Se não fizemos todo mundo andar na sua carreira, não fizemos enxergar lá na frente?

Essa luta não vai parar aqui, essa luta vai continuar porque, com certeza, vamos continuar cobrando do Governador mais resposta a essa categoria, que luta diuturnamente pela vigilância da cidade. Enquanto as pessoas dormem, vocês são os anjos da guarda. Vocês fazem a vigilância dessas pessoas. Se não fazem melhor, é porque as condições não foram colocadas do tamanho.

Digo que este ano começam a chegar as respostas do número de viaturas, de tudo o que foi feito na legislatura passada. Os resultados vão começar a chegar agora, visando a Copa do Mundo. Mas, gente, não se engane não. Se não fizer o que vocês estão fazendo, se não vier, se não somar, se não cobrar...

O Parlamentar que estiver nesta Casa e tiver medo de pôr a cara para ser cobrado, tiver medo de se expor, o lugar dele não é aqui não. Aqui são separados os homens dos meninos, aqui são separadas as grandes mulheres, aqui são separadas as pessoas que têm coragem e vontade de trabalhar pelo seu segmento. Não tenham dúvida disso.

O nosso segmento é o Distrito Federal. Se está dentro do Distrito Federal nas categorias de envergadura - segurança pública, educação e saúde -, vamos atender o povo. Contem com este bombeiro, que é bombeiro antes de tudo, depois é Deputado — isso é um segmento na minha vida. A paixão de ser bombeiro ninguém nunca vai me roubar.

Que Deus abençoe cada um. Contem com o gabinete nº 22, no 4º andar desta Casa. Estamos à disposição de vocês.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AYLTON GOMES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Aylton Gomes.

Cumprimento toda a galeria mais uma vez, principalmente os concursados.

Quero deixar bem claro também que a Polícia Civil hoje tem os Deputados nesta Casa, mas falo em meu nome. Sou oriundo da Polícia Militar, tenho a honra de ter sido policial militar e sei a luta que é ser policial militar. Fui concursando também, fiz concurso e sei a dificuldade que é ser concursado, sei a dificuldade de estar na situação em que vocês se encontram. Podem ter certeza de que, no que depender deste Parlamentar, vamos lutar diuturnamente para que os concursados sejam chamados e possam vir trabalhar, porque é uma necessidade de Brasília hoje que vocês venham compor as fileiras dos servidores públicos.

Quanto aos policiais militares e bombeiros, podem ter certeza de que, na pessoa deste policial civil, que não é Deputado da Polícia Civil, é Deputado da segurança pública de Brasília como um todo, estaremos juntos com o Deputado Aylton Gomes, com o Deputado Patrício, com o Deputado Olair Francisco e com os outros Deputados lutando para que diuturnamente tenhamos vidas melhores dentro das fileiras da Polícia Militar e, inclusive, da Polícia Civil.

Nós pensamos que a Polícia Civil está uma maravilha, mas não está essa benesse toda, não. Temos que fazer e olhar também pela Polícia Civil, porque a situação lá não está das melhores, não.

Quero conchamar vocês: ajudem-nos para podermos ajudar vocês. Podem ter certeza de que, se vocês estiverem unidos com essa classe de Deputados que aqui hoje está, as coisas boas virão tanto para os concursados como para a Polícia Militar, para a Polícia Civil e para o Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado, Deputado Aylton Gomes. Conte conosco nessa luta.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Eu é que agradeço, Deputado Dr. Michel, as nobres palavras, esse pular. Aqui está presente um conjunto de Parlamentares que, não tenho dúvida, no tocante a servidores públicos, no tocante à classe trabalhadora, vai dar sua contribuição, vai defender esse segmento com muito carinho.

Quero parabenizar o Deputado Olair Francisco por ter apresentado esse projeto e pedir que S.Exa. reveja, junto à assessoria, quanto à sua constitucionalidade. Está de parabéns, no mérito merece uma salva de palmas, porque esse é o mérito. Essa é a luta. Mas, na constitucionalidade, não adianta, vai esbarrar no processo. Então, temos que trabalhar de uma forma legal para que ele vá lá na lei de vencimento. Estamos trabalhando para que isso seja inserido. É mais uma das conquistas que está na frente. Já tivemos várias. Não tem como não enxergar. Vamos continuar

lutando. Podem ter certeza de que não vamos abrir mão da defesa dessa categoria.

E repito: sou bombeiro, hoje estou Parlamentar.

Que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Aylton Gomes.

Quero lembrar aos Parlamentares que, na quinta-feira, às 10 horas da manhã, o Deputado Federal, Secretário de Desenvolvimento Urbano e de Habitação Geraldo Magela, estará na Presidência desta Casa para fazer esclarecimentos, atender alguns Parlamentares e falar sobre o PDOT. Não é isso, Deputado Wasny de Roure? Ele vai falar sobre Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Todos os Parlamentares estão convidados. Será às 10 horas de quinta-feira, na Presidência desta Casa.

Quero dizer que vai ocorrer, também, o Seminário de Assuntos Parlamentares, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2011, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizado pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE -, voltado para Deputados e assessores. O evento contará com a presença de Parlamentares de todo o Brasil e palestrantes de renome como o ex-Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes. Constitucionalidade dos atos legislativos, responsabilidade fiscal, ética na política, estrutura e processo legislativo são alguns dos temas que serão abordados. Convido todos os Parlamentares a participarem do evento e prestigiarem esta iniciativa da Unale em parceria com a Câmara Legislativa do Distrito Federal. As inscrições devem ser feitas pela Internet no site [www.unale.org.br](http://www.unale.org.br). Maiores informações com o Cerimonial desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, professores presentes, auxiliares da educação, policiais militares e policiais bombeiros, colegas Parlamentares, esta é uma tarde extremamente importante, porque, quando o Poder Legislativo disponibiliza o seu espaço político, seu espaço de debate, a sua infraestrutura para receber uma população, observa-se a demonstração de que ele se diferencia dos demais Poderes. Portanto, a presença dos policiais para acompanhar o debate da propositura do Deputado Olair Francisco é uma demonstração de que o policial está atento àquilo em que esta Casa está trabalhando.

A despeito daquilo que o Deputado Aylton Gomes falou, do ponto de vista do chamado vício de iniciativa, por conta do impacto orçamentário, que é realmente uma leitura correta, o Deputado Olair Francisco levantou um debate extremamente relevante, como é o debate, que foi superado à época do governador Cristovam, sobre a atualização da etapa de alimentação cujos valores estão mantidos até os dias de hoje. Então, este debate tem que ser feito de maneira qualificada, porque passa, sobretudo, Deputado Chico Vigilante, como V.Exa. bem disse na sua fala, pelo Ministério do Planejamento, pois algumas destas são matérias de legislação federal. Contem conosco, inclusive para ir lá, debater, discutir. Eu tenho absoluta convicção de que essa é a postura não apenas dos Parlamentares oriundos da corporação, mas de Parlamentares que têm compromisso com esta cidade e com a segurança pública.

Quero também cumprimentar os professores presentes, que da mesma maneira estão buscando o reconhecimento, a legitimidade e o direito conquistado no concurso público. Eu elogio isso, porque é necessário que o Estado, cada vez mais, restrinja o papel da terceirização e coloque, efetivamente, o concursado para exercer a função para a qual foi selecionado na plenitude.

Agora eu quero trazer outro assunto, Deputada Celina Leão, porque eu lia, há pouco, num outro jornal, uma manifestação de S.Exa. que eu achei correta, sobre a questão do contrato da Secretaria de Educação com a empresa Sangari. Este é um contrato de abuso de poder. O Tribunal de Contas, de maneira correta, levantou esse debate, recomendou a suspensão do contrato e, infelizmente, Deputada Luzia de Paula, de um contrato de 289 milhões, já gastaram quase 200 milhões para que cada escola — 528 escolas públicas, Deputado Joe Valle — pudesse receber um kit de ciência. Ora, este recurso, Deputado Benedito Domingos, seria suficiente, segundo a Secretária de Educação, Regina Vinhaes Gracindo, para implantar um laboratório em cada uma das nossas escolas públicas, se não fosse esse modelo. Este eu conheci porque, na antiga liderança do PT, tive a oportunidade de ver o modelo que eles estavam construindo, Deputado Chico Vigilante. É um

verdadeiro absurdo. É um saque ao dinheiro público. É um desmando da administração pública. E, agora, o interessante é que não aparece o responsável. Agora não há ninguém que vá responder pela má conduta com o dinheiro público. Duzentos milhões não são qualquer porcaria. Duzentos milhões fazem muita falta à escola pública. E nós queremos que o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Câmara Legislativa possam dar desdobramento a esse debate.

Eu me lembro quando, há muitos anos, Deputada Eliana Pedrosa, entrei com uma ação popular e achava que não iria prosperar, mas, agora, na última semana, eu soube que o Tribunal fora duro com os que agiram de maneira ilícita com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Irão responder Secretário e algumas outras pessoas. Inclusive quero, em outra oportunidade, trazer a sentença dos juízes, para que não pensemos que o Estado é perdulário e extremamente perdoador, porque ele não pode perdoar por aquilo que não é dele. O Estado é um mero repassador dos recursos arrecadados da nossa população. E eu espero que, com este debate sobre o protesto, que estamos desenvolvendo, e também com a chegada do projeto do parcelamento das dívidas públicas, possam aprofundar esta discussão na Casa. Porque tirar da sociedade, seja na condição de sonegador, seja na condição de não pagador ao Erário dos impostos que devem ser recolhidos, é o pior exemplo de cidadania que qualquer cidadão ou qualquer pessoa jurídica possa dar à nossa população.

Portanto, queremos, nesta Casa, criar um comportamento de defesa absoluta da coisa pública. Essa, sim, deve ser objetivo de uma frente parlamentar, uma frente que cobre que cada tostão, cada centavo seja bem aplicado na coisa pública. Deputada Liliane Roriz, queremos ser, sim, um conjunto de 24 Deputados fiscalizadores e ao mesmo tempo autocríticos do próprio gasto que é utilizado dentro das instalações desta Casa.

Portanto, para entender este debate acerca da empresa Sangari, eu gostaria que nós, antes mesmo do afã de novas CPIs só para dar manchete, pudéssemos ter uma audiência para ouvir os auditores do Tribunal de Contas, ouvir o relatório da Secretaria de Educação sobre o impacto dessas medidas na formação e na educação das crianças, do chamado Ciência em Foco, que era o programa que eles estavam produzindo. Vamos, sim, rever este cenário; vamos, sim, reconstruir esta cidade. A educação não pode ser prioridade apenas no discurso. A educação deve ser prioridade no comportamento de cada ente público.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Colegas servidores da saúde, obrigado pela lembrança, até porque nós empenhamos aqui uma programação segundo a qual, só neste ano, serão mais de 2.500 servidores contratados.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE - De imediato; em março. É bom acompanhar. Hoje, em conversa com a diretora do Hemocentro, pois havia, Deputada Liliane Roriz e Deputada Celina Leão, um pleito de que o concurso do Hemocentro pudesse também se desdobrar em convocação, ela me respondeu que havia inclusive encaminhado várias exonerações para que pudesse convocar os concursados do Hemocentro. Portanto, esta é uma luta de todos nós e é uma luta desta instituição. Obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) - Deputado Wasny de Roure, parabênz a fala de V.Exa. porque nós não podemos, Sr. Presidente, passar a mão em cima de nenhuma impunidade que existir, e isso vale para cada Parlamentar aqui, independentemente do governo. Então, com as palavras do Deputado Wasny de Roure, nós mostramos, sim, que esta Casa tem uma motivação diferente, que ela começa fiscalizando, até para que não se troquem recursos importantes que, hoje, poderiam ser usados para contratar funcionário público e foram utilizados para encostar kits que não têm finalidade nenhuma dentro das salas de aula.

Portanto, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. tem a nossa solidariedade nos termos de apuração de qualquer informação que nós precisarmos fazer via Câmara.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) - Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (BLOCO PSL/PTC/PMDB/PSC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores aqui presentes, galeria, imprensa. Antes de entrar em assunto mais árido, Sr. Presidente, Deputado Patrício, V.Exa. que é um Deputado muito querido no Gama e que várias vezes participou comigo da Caminhada da Paz, promovida pelo Rotary Clube, quando eu não era Parlamentar, eu gostaria de informar que aqui há um grupo do Rotary do Gama, essa instituição que faz uma atividade brilhante naquela cidade, que está convidando a todos os Parlamentares e demais presentes para uma caminhada no dia 27, domingo, 10h da manhã. É a 17ª caminhada!

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) - Com certeza estaremos presentes, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA - Eu também assumi o compromisso de colocarmos na agenda cultural, não só da cidade, mas do GDF, essa caminhada dessa brilhante instituição.

Meus caros Deputados, tenho trazido ao Plenário constantemente o assunto do menor aprendiz. Vejo, no jornal Correio Braziliense, a informação de que, no Guará, foram presos 4 adolescentes por sequestro relâmpago. Nós sabemos que o Guará é uma cidade de classe média. Então, o que nós constatamos no dia a dia é que o aluno vai de manhã para a aula, ou à tarde, e no turno inverso ao horário escolar, fica na rua. Ele fica na vitrine para ser aliciado pela droga ou pela marginalidade.

Tive oportunidade de falar com o Governador Agnelo, ainda em campanha, já que nós temos quase 88 mil alunos nas escolas públicas, da necessidade de fazer um programa - que não custará caro, o orçamento do GDF comporta - com a obrigatoriedade de que esses alunos estudem num período e, no outro, aprendam uma profissão, para que o pai saiba que o filho está na escola pela manhã e, à tarde, está aprendendo uma profissão ou vice-versa.

É assim no mundo todo! Não existe segredo para a educação, nós sabemos que aí fora é assim, ou seja, desde os primeiros dias de aula, as crianças estão nas escolas em tempo integral. O pai e a mãe vão trabalhar e, quando voltam, pegam seus filhos na escola. Quando o aluno completa 14 anos, é obrigatório que cada um comece a aprender uma profissão para, quando chegar aos 18 anos, ninguém fazer exigência profissional, porque eles já são profissionais.

Então, matérias dessa natureza, em que quatro adolescentes são apreendidos por sequestro relâmpago no Guará, são um retrato fiel de que nós precisamos urgentemente tomar essas providências.

A segurança pública de Brasília nunca esteve tão bem representada nesta Casa, pois nós temos 6 Deputados da área de segurança: Deputado Patrício, Deputado Dr. Michel, Deputado Wellington, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Alirio Neto, que está afastado. Agora nós temos mais um, o Deputado Olair Francisco, por estar apresentando projeto inerente à segurança, sendo que nós, os 24 Deputados, estamos comprometidos com os projetos que venham beneficiar a segurança pública.

Agora eu quero falar de um assunto como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Chico Vigilante. Eu acredito muito no sucesso do Governador Agnelo, porque S.Exa. está tentando, nesses primeiros dias, organizar as finanças de Brasília. Eu acredito no Governo Agnelo pelas primeiras informações que chegam à Comissão. As finanças de Brasília estão desorganizadas não só sob determinados aspectos, seja de renúncia fiscal, de arrecadação ou de despesa, mas até na sistematização - a coisa mais elementar das despesas, que é saber todas essas informações de maneira organizada.

O Distrito Federal ainda é, de longe, a melhor Unidade da Federação para se governar. O Distrito Federal ainda é, de longe, onde o Governador pode se utilizar do melhor quadro de servidores públicos. Então, eu acredito muito na convocação - recentemente fui um dos relatores do crédito orçamentário para a educação aqui - de todos esses professores e de todos esses profissionais da área de saúde de que nós estamos necessitando.

Quero dizer, Deputado Evandro Garla, que, na condição de membro e presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, estarei lá à disposição para dar prioridade aos projetos de Governo porque nós sentimos no Governador a necessidade de acertar, mas também temos de entender que, nesses primeiros momentos, isso é complicado. Até mesmo quando se faz uma mudança para uma nova casa, no início não se encontram as coisas. Tem de haver um tempo para se adaptar. O Deputado Chico Vigilante

foi brilhante quando falou do início do Governo Lula, das dificuldades que havia, o problema da deficiência de terceirização. Não era terceirização, já era a terceirização da terceirização, que eram os problemas de cooperativas que, travestidas de órgãos terceirizados, faziam prestação de serviço sem recolher determinados impostos.

Hoje nós tivemos a presença do Subsecretário de Captação de Recursos Externos, Sr. Gervásio, em uma reunião com o Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, explicando e detalhando para a assessoria dos Deputados e para alguns Deputados presentes sobre todos os pedidos de crédito suplementar, e hoje especificamente o de um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), em que há uma prioridade de Governo. Na realidade, passam a ser mais de 70 milhões porque há uma contrapartida de 21 milhões. Já são uma coisa nova trazida por este Governo no sentido de melhorar a infraestrutura e o desenvolvimento das Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEs.

Então, há muita necessidade e muita pressa porque, quando se elegem um Governador e um Parlamento, todos querem que, em um passe de mágica, as coisas todas aconteçam. Mas nós sabemos que há necessidade de uma adaptação inicial. Por isso sempre se fala em 100 dias. Eu quero reiterar para a galeria aqui presente que eu acho que as coisas vão acontecer muito mais rápido do que vocês esperam. É natural do Governo sempre esticar os prazos, porque é muito chato você prometer uma coisa para um mês e depois não acontecer em um mês. É muito melhor você colocar para 3 meses e depois fazer em 2 meses, que o retorno é muito maior.

Então, eu quero também, aproveitando a oportunidade, dizer que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças já publicará amanhã um cronograma de suas atividades, das reuniões ordinárias. Amanhã nos reuniremos e já há data marcada para o ano todo. Esse trabalho será feito também tendo em vista as próprias informações fornecidas pelos consultores de orçamento de carreira da Casa. Para o nosso trabalho da Comissão – tenho conversado com o Deputado Cláudio Abrantes e com demais membros –, estaremos sempre muito alicerçados no quadro de consultores de orçamento da Casa. Sempre que houver necessidade, vamos fazer reuniões extraordinárias nesse intervalo dessas reuniões. Então, a partir de amanhã, já estarão publicados todos os dias em que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças se reunirá durante todo o ano de 2011.

Quero agradecer, Presidente Deputado Patrício, a oportunidade que me foi dada como Vice-Líder em decorrência da ausência do nosso Líder, Deputado Rôney Nemer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Estão encerrados os Comunicados de Líderes. Antes de entrar no Comunicado de Parlamentares, desejo informar que temos 22 Parlamentares inscritos. Eu queria consultar os Parlamentares se há um acordo para que todos abram mão da falação e possamos entrar na pauta definida na reunião das 14h30min, no Colégio de Líderes.

Não há acordo? Tudo bem, se não há acordo, não há problema. Eu estou aqui para administrar, não há nenhum problema. Se houvesse acordo, entraríamos na pauta propriamente dita. Como não há acordo, chamaremos os Parlamentares para fazer uso da palavra de acordo com a inscrição feita na Assessoria de Plenário.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com 22 inscritos, a sessão iria pelo menos até umas 8 horas da noite. Então, eu pediria à V.Exa. que, mesmo que alguns Deputados queiram falar, talvez outros abrissem mão para que pudéssemos entrar na pauta. Não se tolheria a possibilidade de os Deputados falarem. Aqueles que o desejassem fariam, sim, e outros poderiam abrir mão para que pudéssemos votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O.k. Obrigado, Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS - Sr. Presidente,

solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não contrariando, mas um dos que pouco falam aqui, sou eu. Mas, hoje, eu tenho necessidade de me pronunciar nessa tribuna, porque o nosso Líder também não pôde abrir espaço para que eu falasse. Eu compreendi que, no momento, ele tinha que dar o recado à classe que representa, mas eu gostaria que V.Exa. me concedesse essa oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O.k., Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADA CELINA LEÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de também fazer uso da palavra. É para eu me inscrever.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Certo, eu vou entrar no Comunicado de Parlamentares e chamar os Parlamentares de acordo com a inscrição feita na Assessoria de Plenário.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde, nobres Parlamentares, imprensa, galeria.

Em primeiro lugar, hoje faz exatamente uma semana que os Srs. Parlamentares nos deram essa oportunidade de fazer parte desse trabalho da Ouvidoria. Então, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer essa missão que os Srs. me concederam dentro deste próximo ano. E, de antemão, eu já gostaria de deixar o telefone da Ouvidoria à disposição para toda a população. É o 08006420009. Repetindo: 08006420009. O e-mail é ouvidoria@cl.df.gov.br. Isso é um canal aberto que a população tem justamente para enviar sugestões, críticas, até mesmo denúncias, porque o intuito hoje da Ouvidoria é levar resposta a toda a população a respeito de suas demandas, resposta àquilo que estiver procurando.

Eu gostaria muito de agradecer mais uma vez a todos os Parlamentares, em especial também ao nosso nobre Parlamentar, Deputado Chico Vigilante, Líder do nosso bloco, as palavras proferidas na terça-feira da semana passada.

Eu também gostaria de parabenizar todos que estão na galeria, essa é uma grande manifestação popular. O objetivo da Câmara Legislativa é fazer com que o povo venha visitar a Casa – que já é do povo – para manifestação ou até mesmo simplesmente para assistir as sessões. Todas as pessoas que estão na galeria estão de parabéns. Aos professores, médicos, bombeiros e policiais que estavam aqui presentes, meus parabéns, pois aqui é a Casa do Povo, é a casa de vocês.

Meu nobre Presidente, desejo salientar, contudo, algo que infelizmente aconteceu nesse final de semana e tem acontecido nos últimos tempos: acidentes com ciclistas. Infelizmente, nesse final de semana, aconteceram 2 acidentes: um no Recantos das Emas e outro na EPTG. Em um deles, uma pessoa veio a óbito. No outro, lá no Recanto das Emas, o ciclista foi arrastado por mais de 20 metros.

Eu trouxe esse assunto à pauta justamente porque a quantidade de ciclovias, Deputado Joe Valle, que nós temos aqui no DF é muito pouca. O governo anterior havia prometido mais de 600 quilômetros, mas nem 10% disso foram colocados. Então, nós cobramos isso, essa atenção do atual Governo.

É claro que, nesses 53 dias, o atual Governo já está tomando as medidas cabíveis, algo já está em construção, entrei em contato agora com a Novacap, eles já estão se preocupando. Contudo, eu gostaria, Deputado Joe Valle, de salientar algo ali na EPTG: a linha verde. O projeto não terminou, as reformas e a construção ainda não terminaram. Que a Novacap não se esqueça justamente da ciclovia na EPTG toda. Falo isso como ciclista que sou. Sei o quanto é difícil nós que somos ciclistas andarmos nas vias de hoje quando não temos as ciclovias necessárias ali para nós. Dividir as vias com a quantidade de carros, de veículos que temos é muito difícil. Então,

trouxe esse assunto à baila, esse assunto em voga. A Câmara Legislativa está de olho, sim, e cobrará, se necessário, caso não seja feito algo em relação a nós ciclistas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Evandro Garla.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha gente, como é importante a gente fazer uma agenda positiva aqui na nossa Casa. Eu entendo, meu caro Deputado Chico Vigilante, que este novo momento pelo qual está passando a Câmara Legislativa é um momento positivo.

Temos presentes aqui hoje os policiais militares, pessoas da saúde, da educação, a galeria está lotada. Por que esta Casa está lotada hoje? Porque as pessoas que estão aqui acreditam que este Parlamento é quem os representa, que este Parlamento é quem tem condições de fazer as transformações que são necessárias.

Fui procurado por um segmento da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, para que o vale-transporte que eles recebem constasse no seu contracheque. E nós entendemos que o direito adquirido do trabalhador de fato tem que estar na conta do trabalhador. E aí pedimos que se fizesse a alteração da Lei nº 266, porque nós entendemos que esta lei é a que rege de fato o pagamento do direito adquirido, que é o auxílio-transporte. E, naquele momento, eu dizia que queria a assinatura do Deputado Aylton Gomes, do nosso Presidente, porque nós entendemos que direitos adquiridos têm que estar na conta de quem tem o direito, e não na conta das empresas de ônibus, para lá e para cá.

Então, eu gostaria de fazer uma força-tarefa, meu caro Deputado Chico Vigilante. Se for questão do Executivo para que essa promessa de campanha do nosso Governador seja cumprida, iremos ao Executivo. Se nós precisarmos ir à nossa Presidente Dilma, junto ao Parlamento, ao Senado, à Câmara Federal, nós vamos lá. O que não podemos é nos omitir, fazendo com que esta vontade da classe trabalhadora seja colocada para lá. Então, a minha colocação hoje, aqui, é para pedir a todos os presentes que nós estamos nessa luta para que os policiais militares e os bombeiros tenham o auxílio-transporte na sua conta. E no que for preciso, esse representante aqui do povo estará trabalhando os 4 anos para que essa conquista do povo trabalhador seja resgatada e cumprida.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, boa-tarde à Mesa, aos companheiros Deputados, imprensa e galeria presente. Acredito que seja essa uma forma legítima de se trabalhar e de se fazer a pressão necessária para que consigamos cumprir os objetivos.

Agora, há uma coisa importantíssima para os governos, e fundamental, porque se estamos agora, neste momento, vendo uma série de problemas acontecerem... Duas coisas aconteceram: primeiro, a falta de planejamento, e segundo, a falta de transparência. E nós precisamos olhar no retrovisor para podermos apertar o acelerador e seguir em frente. Precisamos aprender com os erros do passado para não repeti-los nunca mais.

E aí, Deputado Chico Vigilante, quero lhe dizer que nós temos boas notícias, e a vontade é de ajudar. O Deputado Evandro Garla levantou uma questão extremamente importante para o Distrito Federal, que é a Linha Verde, e eu a considero – na realidade, é linha preta, porque ela é toda de asfalto – um problema muito sério.

A nossa Presidenta lançou agora, na semana passada, o PAC da mobilidade das grandes cidades. O Governo Federal, no seu planejamento, que está muito bem feito – diga-se de passagem –, acaba de lançar o PAC da mobilidade. São 24 cidades que receberão recursos do Governo para que possam melhorar a questão da mobilidade. E Brasília, infelizmente, é um exemplo a não ser seguido. Nós receberemos, dentro das categorias, neste Governo, US\$ 2,4 bilhões, Deputado Evandro Garla, que o Governo Federal está disponibilizando para as cidades. Mas, na hora em que o Governo Federal coloca esse processo, há uma série de pré-requisitos que

precisam ser cumpridos. Um deles é Brasília ser uma cidade acessível, ter pontos de acessibilidade. E a nossa cidade, infelizmente, não está na lista das melhores cidades com acessibilidade do País.

Então, eu queria lembrar que, quando se fala em mobilidade e se trabalha planejamento, trabalha-se em modal de transporte público. Porque, se trabalharmos só no processo de alargamento das pistas, vamos incentivar, cada vez mais, que as pessoas comprem mais carros. A nossa cidade tem 1 milhão de automóveis rodando. Vejam: Brasília, com toda essa arquitetura, já começa a ter um grande problema de poluição do ar. Há pontos aqui de estrangulamento, com grandes problemas. A Universidade de Brasília fez um estudo que mostra preocupação, pois existem pontos muito difíceis em função da poluição. Quando se alargam as pistas, incentiva-se a compra de automóveis e entra-se num círculo vicioso. Quanto mais se trabalha nesse sentido, com as linhas pretas, asfaltadas, mais se incentiva o aumento de carros. E esse círculo vicioso não se quebra.

Com esse recurso que o Governo receberá, temos certeza absoluta de que, se tivermos o planejamento adequado, os projetos chegarão à nossa Casa e, com agilidade, nós poderemos votá-los e trabalhar de forma estratégica e definitiva num projeto de mobilidade sustentável para a nossa cidade que possa resolver de forma sistêmica a questão do transporte, tirando Brasília deste momento difícil e obscuro, que é resultado de vários anos de falta de planejamento e de falta de transparência. Então, eu queria dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que nós temos de pensar na mobilidade urbana de que precisamos, Deputada Celina Leão, porque não vai ser possível viabilizarmos o amanhã desta cidade no formato que aí está. Só conseguiremos isso se planejarmos os recursos vindos do Governo Federal, do Governo da Presidenta Dilma. Isso está garantido pelo lançamento do PAC feito na semana passada. Brasília tem condição completa de ter esses recursos. Esperamos que o nosso Governo consiga ter a capacidade de planejar e de executar esses recursos para que possamos obter o nosso tão sonhado Plano Diretor de Mobilidade Sustentada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros da imprensa, nossos amigos visitantes, eu queria, nesta oportunidade, fazer expressar alguns sentimentos pessoais, mas, como diz a palavra de Deus: “A palavra áspera suscita a ira, e a palavra branda acalma o furor”. Estive conversando com o Deputado Rôney Nemer, que tem idade para ser meu neto, e trocamos ideias. Acho muito melhor não trazer aquilo que eu tinha preparado para falar aqui. Vamos deixar que o tempo se encarregue de mostrar aquilo que é verdade.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós tivemos a presença, aqui, dos componentes do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da saúde pública e também a dos professores. Eu já contemplei, ao longo da minha vida, vários colégios muito bem equipados, alguns construídos, às vezes, até com piso de mármore. Também já conheci escolas mais simples, mais rudes, cobertas com capim, de chão batido, com bancos feitos de varas e até embaixo de mangueiras. Tudo isso faz parte, por uma boa educação. Não se pode esquecer de que tudo o que falei a respeito de prédios, de construções, é importante, mas, se não houver o professor, não há educação. O professor é a parte mais importante da educação, porque, em qualquer circunstância, sem a sua presença, jamais educaremos as nossas crianças. Por isso, ele merece um tratamento com dignidade, com muito carinho e respeito. Acima de tudo, ele tem de ter as condições necessárias para que possa desempenhar a árdua e abençoada missão de educar.

Acho que esta Casa tem de fazer todo o esforço para ajudar o nosso Governador, que, sem dúvida alguma, está imbuído das melhores vontades de solucionar esses problemas que estavam presentes aqui: a segurança, a saúde e a educação. Se S.Exa. conseguir – e vai conseguir – fazer uma melhoria nesses serviços públicos, já será uma grande conquista para a nossa Capital da República.

Por isso, quero traduzir minhas palavras. Não farei uso daquilo que tem ocorrido, porque as mágoas, os sentimentos, as lágrimas familiares foram muitas e com muitos sentimentos. Deus é juiz de todos. Que Ele seja o nosso juiz, que seja o nosso julgador.

Quero agradecer esta oportunidade, Sr. Presidente, e

parabenizar os professores. Eles querem a oportunidade, por meio de um canal legal e competente, que é o concurso público, de ingressar na rede de ensino. Também quero parabenizar os nossos militares e a saúde pública, que, sem dúvida alguma, merece o nosso respeito.

Sr. Presidente, contem com a minha posição como um companheiro, como um amigo disposto a estar ao lado do Governador, amigo e companheiro de muitos anos, com o qual convivi em outros pleitos num embate político ao longo dos anos.

Tenho mais de quarenta anos de vida pública em Brasília e já exerci muitas atividades públicas no Distrito Federal. Não quero morrer deputado. Quero sobreviver e contemplar, no resto dos meus dias, meus companheiros brilhando na vida pública do Distrito Federal.

Que Deus nos guarde a todos. Parabéns a vocês e sucesso! Contem com a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta. V.Exa. disse que havia 24 Parlamentares inscritos para fazer uso da palavra durante os Comunicados de Parlamentares. Solicito que faça parte da pauta da nossa reunião de amanhã a sugestão de um rodízio nessa inscrição. São 3 dias de sessão durante a semana; se, a cada dia, 8 Parlamentares puderem fazer uso da palavra, toda semana, todos os Parlamentares terão o direito de falar. Faço essa sugestão para podermos apreciar logo as matérias. Ou, então, apreciariamos as matérias e somente depois faríamos uso da palavra.

Quero também cumprimentar as pessoas concursadas do Estado. Eu também sou concursado, funcionário de carreira do Estado e acho que o Governo tem de chamar concursado sim. Deve preferir as terceirizações, porque sempre foi esse o discurso, contra as privatizações.

Quero me somar a vocês. Há várias outras categorias. Muitos dizem que a saúde é mais importante ou que a educação é mais importante. A área social também é importante. Tem concursado querendo ser chamado para a Sedest e também para todas as outras áreas do Governo do Distrito Federal, como justiça e cidadania, por exemplo. Todas as áreas do Governo do Distrito Federal são importantes. A pessoa que fez concurso gastou dinheiro, pagou cursinho, pagou inscrição. Muitos foram chamados para fazer o curso de formação, perderam seus empregos, mudaram suas vidas e, na hora de serem nomeados, não o foram.

Contem com o nosso apoio. Digo aqui em nome do bloco do qual sou Líder e do qual também fazem parte o Deputado Benício Tavares, o Deputado Dr. Michel, Vice-Presidente da Casa, o Deputado Wellington Luiz, que também são concursados, e o Deputado Agacieli Maia. No nosso bloco, todos são concursados. Podem contar com o nosso apoio.

Obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que aqui estão os 3 pilares da nossa cidade: educação, saúde e segurança. Quero saudar todos vocês que estão aqui na esperança de um dia melhor, de uma cidade melhor. Podem estar certos de que eu vou estar nesta luta com vocês.

Quero dizer aqui que hoje, Sr. Presidente, a minha assessoria foi fazer minha inscrição nos Comunicados de Parlamentares. Ela chegou às 12h15min – parece que as inscrições abrem a uma determinada hora –, e já tinham se inscrito todos os Deputados da base governista. Como foi feito isso? Uma pessoa só foi e inscreveu todos da base governista. Foi o que aconteceu, Deputado Rôney Nemer, hoje ao meio-dia. Enfim, concordo com o rodízio, Deputado Rôney Nemer, mas que se respeite a fila, não se pule a fila.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – (Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Mas hoje não aconteceu isso propriamente dito.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – (Intervenção fora do

microfone.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Tudo bem, Deputado Rôney Nemer, mas hoje não aconteceu isso. Eu fui lá, minha assessoria foi lá, e todos os Deputados da base governista já tinham se inscrito. Uma pessoa fez isso. Concordo com V.Exa. que se tem de fazer um rodízio, mas não se pode furar a fila.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Deputado Rôney Nemer, eu quero parabenizar V.Exa. pela sua fala, quero cumprimentar todos mais uma vez e dizer que espero que os absurdos que aconteceram não aconteçam mais, principalmente com estes concursandos que estão aqui.

Outro dia, eu ocupei a tribuna para dizer o que o Governo deixou acontecer. Nós tínhamos um concurso para perito, médico legista e papiloscopista da Polícia Civil. As pessoas, como bem disse V.Exa., largaram os seus empregos, saíram de seus Estados, vieram a Brasília, fizeram a Academia de Polícia, e o Governo deixou vencer o concurso. Isso é o maior absurdo que pode acontecer na vida de um concursando e na vida do Estado também, porque ali há um gasto, Deputado. Veja, V.Exa.: o concursando paga a inscrição do concurso, tem o dispêndio de ir fazer as provas e, depois de fazer o concurso, vai fazer o curso; ele larga o seu emprego, larga o seu Estado, larga toda a sua vida cotidiana para participar de um certame, é aprovado, e deixam esse concurso vencer. E pasmem vocês – eu ainda disse isto aqui na tribuna –: neste ano vindouro, vão se aposentar mais de 10 médicos legistas na Polícia Civil. Outro concurso terá que ser feito. Um concurso demora nada mais nada menos do que 1 ano, 1 ano e meio. Só no ano de 2013 é que nós teremos esse mesmo médico legista que perdeu o seu concurso por questão de 5 dias. Veja, V.Exa., por questão de 5 dias, o concursando perdeu o concurso! A Polícia ficará defasada durante este ano todinho, ou seja, até 2013, esses anos todos, e o Governo ainda deixa um concurso como esse vencer. Isso é uma aberração, e nós Parlamentares não podemos... Eu não estou dizendo que é este Governo, não. Eu estou dizendo que é qualquer governo que deixa um concurso desta magnitude ou de qualquer outra vencer. Nós não podemos deixar que isso aconteça, Deputado Rôney Nemer. Conclamo os meus amigos Parlamentares aqui... Se alguém fez um concurso, tem que ser chamado, porque há necessidade.

Estão inventando agora um tal de cadastro reserva, Deputado. Isso é falácia, é conversa para boi dormir, é para burlar a lei. Por quê? O STJ já julgou dizendo o seguinte: se abriu o número de vagas, tem que chamar. Antigamente havia expectativa de direito. A partir do momento em que a pessoa fez o concurso e está no número de vagas, o Governo é obrigado a chamar. O que o Governo fez agora? Quando eu digo governo, não é o Governo do Agnelo, são os governantes, digamos assim. O Governo criou agora a questão do cadastro reserva para burlar a lei. Então, não podemos deixar que isso aconteça. Pelo menos na Capital, não podemos deixar. Se o concurso foi aberto e colocou-se o número necessário, esse número de candidatos tem que ser chamado. Agora, gente, já dizia a música do Jorge Benjor: "... dinheiro no bolso, bom senso e caldo de galinha não fazem mal a ninguém". Vamos ter bom senso na questão dos concursados, pessoal, pelo amor de Deus! Um concurso vencido desgasta uma família, desgasta o próprio Governo.

Então, Deputado Rôney Nemer, eu quero parabenizar V.Exa. por chegar à conclusão que eu já havia chegado antes, mas não havia tido a oportunidade de falar: o concursado, muitas vezes, é penalizado por tudo e ainda é penalizado quando não é chamado no concurso.

Era isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Só para responder às questões de ordem, o art. 113, do Regimento Interno, diz:

“Art. 113. Após os comunicados de Líderes, seguirão os comunicados de Parlamentares, podendo cada inscrito falar por 5 minutos, não sendo permitidos apartes.

§ 1º Sempre que um Deputado Distrital tiver comunicação a fazer à Mesa ou ao Plenário, deverá fazê-la oralmente ou redigi-la para publicação no Diário da Câmara Legislativa, conforme o disposto no art. 106.

§ 2º A inscrição do orador será feita em local designado pela Mesa Diretora, em livro próprio ou por meio eletrônico, resguardada a ordem de inscrição, pelo Deputado Distrital ou servidor por ele credenciado, diariamente, entre as 12h e as 18h do dia anterior à realização da sessão em que pretende falar, assegurada a preferência aos que não tenham falado no Pequeno Expediente das três últimas sessões.”

Assim tem sido feito. É claro que vários Parlamentares rotineiros, e não de blocos ou lideranças, têm o mesmo servidor credenciado que faz a inscrição de vários Parlamentares, mas nós respeitamos sempre a ordem de quem já falou. Então, quem não fez o comunicado, entra primeiro. Quem já falou em outras sessões 1 vez, terá oportunidade depois de 2 ou 3 vezes, para que todos tenham o direito de fazer o uso da palavra. Estamos tentando fazer as inscrições por meio eletrônico para que cada Parlamentar faça a inscrição do próprio gabinete sem nenhum problema.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, devido o elevar das horas, eu só quero parabenizar os manifestantes e o pessoal que busca o seu direito neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, galeria, pelo avançar das horas, eu tentarei ser breve. Eu queria agradecer cada um de vocês que estão aqui hoje, buscando, Sr. Presidente, o que é um direito e não um favor.

Eu gostaria, nesta tarde, de fazer rapidamente uma retrospectiva sobre 2 áreas: a saúde e a educação, e eu vou começar pelos concursados da área da saúde. Em janeiro, Sr. Presidente, nós fomos procurados por uma comissão dos concursados da saúde – não somente nós, mas vários gabinetes foram procurados por eles. Naquele momento, Sr. Presidente, o Governador Agnelo Queiroz já havia definido uma prioridade, que seria a saúde. E essa prioridade era tão clara que estamos em estado de emergência até hoje. Diante dessa preocupação do Governador, nós temos um banco reserva de concursados na área da saúde em quase todas as áreas, Sr. Presidente.

Nós tivemos 2 audiências com o Secretário de Governo, Sr. Paulo Tadeu, que atendeu a comissão e que de pronto... Eu sou muito justa, Sr. Presidente, Deputada Rejane Pitanga, de falar que o Secretário cumpriu alguns acordos, como a prorrogação dos concursos públicos, porque, quando eu falo em oposição coerente, falo em contar os avanços que aconteceram, mas também em pontuar e fazer alguns pedidos ao Governo, Deputado Wasny de Roure.

Nós tivemos, naquele momento, a prorrogação dos concursos; tivemos um pedido de agilidade na votação de um projeto do Poder Executivo, que veio para esta Casa, que mostra claramente a intenção de se investir na saúde, que é aprovar orçamento e

vagas para os concursados que estão aí. Então, as sinalizações aconteceram.

Qual é o nosso pedido hoje, Deputado Wasny de Roure? Existe uma comissão que está pedindo uma audiência com o Secretário de Saúde desde o primeiro dia e até hoje não conseguiu. É esse o nosso pleito, Sr. Secretário. A sinalização é clara. Existe a vontade do Governo de, realmente, contratar esses concursados. O que não existe é uma comunicação adequada com eles no sentido de mostrar o seguinte: “Olha, existem alguns concursos que estão vencendo. Quais serão chamados? Quais são as prioridades?”

Para fazer a retrospectiva, nós temos de lembrar algumas coisas importantes que fizemos como Parlamentares. Nós entramos no Ministério Público pedindo a suspensão de um contrato que estava acontecendo de forma errada, com currículos sendo entregues na portaria do hospital. O Ministério Público entrou com uma ação e rapidamente isso foi suspenso, porque não podemos falar em herança maldita e continuar com as mesmas práticas! Nós não podemos!

Deputado Wasny de Roure, o meu pedido na questão dos concursados da saúde é que se crie, realmente, uma agenda com o secretário para eles escutarem: “Olha, o nosso compromisso está claro e sinalizado”. O que eu acho que falta é comunicação com essa comissão. E é isso, Deputado Wasny de Roure, que eu peço a V.Exa. para os concursados da saúde.

Eu também quero falar sobre os concursados da educação. Sr. Secretário, Sr. Presidente, eu tenho falado sobre a educação nesta tribuna várias vezes; tenho feito históricos e isso tem sido motivo, às vezes, até de brigas. Quando fazemos alguma ponderação aqui, não se trata de briga política. Eu tenho falado que nós somos o termômetro desta Casa. Temos de ter o cuidado até quando nós colocamos o nosso mandato aqui para defender o Governo e nos esquecemos de defender a população, porque é para isso que estamos aqui! Eu quero fazer um histórico da questão da educação. Nós tivemos uma emenda submarina feita aqui, no ano passado, pela bancada do Partido dos Trabalhadores, que suspendia a gestão compartilhada, como muito bem disse a Deputada Rejane Pitanga – não gestão democrática, porque essa gestão vai ser encaminhada para esta Casa para que possamos discuti-la. Eu entrei com uma Adin e ela foi suspensa também! Aliás, a Adin ainda está para ser votada. Mas a Secretária voltou atrás porque nós temos outra decisão da Vara da Fazenda Pública para que nenhum diretor seja exonerado até nova eleição ou novo projeto que vier para esta Casa. Nós temos casos de diretores que foram exonerados e que estão aqui neste plenário! Está acontecendo, sim, um descumprimento de medida judicial! Nós temos aqui mais de 1.500 concursados que foram chamados, convocados e desconvocados.

Eu faço um apelo a V.Exa., Sr. Presidente, como membro do Partido dos Trabalhadores, e a todos os Deputados que estão aqui porque existe uma coisa em política que se chama boa vontade! Existe outra coisa que se chama prioridade! E nós sabemos que, quando se quer, se faz! Nós aprovamos aqui, na semana passada, 27 milhões de reais. Nós ainda não aprovamos, mas estamos discutindo para votar sobre a maternidade e isso é prioridade.

Estamos hoje com professores concursados aqui sentados sendo chamados como professores temporários na rede da Secretaria de Educação. Imaginem: você recebe uma carta em sua casa, sendo chamado como concursado, depois recebe uma desconvocação e, agora, é chamado para fazer um serviço na rede como temporário. É isso que esse pessoal que está na galeria está sofrendo! É isso que essas famílias estão sofrendo! Alguns deles pediram demissão do serviço que tinham como professores porque foram chamados para tomar posse na Secretaria de Educação! Quando nós pontuamos... eu não posso usar do artifício de que eu não conheço a lei. A Secretária não pode usar do artifício de que não sabia que havia recurso. Ela não pode, porque ela é uma gestora pública e tem de responder.

Acho que recursos nós temos, porque quando priorizamos os recursos... Deputada Rejane Pitanga, eu sei que a senhora é uma batalhadora na questão da educação. Eu conheço a história de V.Exa. Nós temos secretárias que estão respondendo aqui no Distrito Federal ação criminal, proposta pela bancada do Partido dos Trabalhadores, por contratação temporária. E não podemos deixar agora neste Governo isso se repetir porque era prática do Governo passado! Ora, nós não podemos deixar isso se repetir! E o que eu acho...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito que V.Exa. conclua.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, nós não estamos falando, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Leite, de 5 mil nomeações, estamos falando de 1.500 nomeações. Nós já tivemos 400 concursados chamados. Não há que se falar em orçamento, porque se há orçamento para pagar o temporário, existe orçamento para pagar o efetivo! Nós temos, neste momento, de dar as mãos, não como Oposição e Governo, mas como representantes do povo, para defender as pessoas e para defender uma educação de qualidade.

Eu tenho falado que a minha oposição, Deputado Wasny de Roure, não é sistemática. V.Exa. a acompanha daqui. Eu tenho elogiado o que o Governo tem feito de positivo. Mas, nesta tarde, os 2 pleitos que faço são simples – a audiência com o Secretário de Saúde e a concessão de recurso para, pelo menos, contratar quem foi convocado e desconvidado, não por um erro do Governo passado, mas por um erro do Governo atual.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora) – Boa-tarde. Eu queria saudar todo o Plenário, meus companheiros e companheiras, professores e professoras, trabalhadores da saúde e da segurança, que acho que já se retiraram.

Eu tive a oportunidade de acompanhar quase todas as reuniões com os concursados, tanto os da saúde quanto os da educação – eu, o Deputado Chico Leite, o Deputado Wasny de Roure. Trouxemos os concursados aqui, após debate com o conjunto dos Parlamentares. Eu queria dizer que propus, inclusive como resultado de uma reunião que acompanhamos – e está na pauta de hoje –, uma moção em que a Câmara hipoteca total solidariedade aos concursados da educação que não foram chamados. A moção está aqui para aprovação. Peço o apoio e o voto dos meus companheiros e companheiras, Deputados e Deputadas.

Nós queremos trabalhar no sentido de desprivatizar o Estado. A ação de o Governo mandar para esta Casa um projeto com o intuito de criar vagas na saúde, mais de 11 mil, é um comportamento que também tem que ser similar para a educação. Eu sou trabalhadora da educação há 32 anos e participei efetivamente de todas as lutas em defesa da educação pública e do direito dos professores e funcionários, desde a primeira greve, em 1979, ainda na ditadura militar. Eu acho que nós ainda temos muitas coisas a alcançar. Para isso, temos de trabalhar numa agenda positiva. A desprivatização do Estado passa também pela contratação, pelo preenchimento das vagas por concursados, e essa luta enfrentamos desde a Constituinte.

Eu quero dizer aos professores e professoras que nós temos de lutar pela contratação, além de lutar pela saúde. Esperamos que a contratação temporária, uma peculiaridade da educação, sirva apenas para os casos previstos em lei, as substituições realmente previstas na lei. Essa contratação não pode deixar de ser exceção para virar regra. Eu tenho certeza de que o compromisso do Governo Agnelo é acabar realmente com o contrato temporário e trabalhar o preenchimento das vagas efetivas por concurso público. Nós temos que mudar a forma de remuneração dos contratos temporários. No Governo Arruda, época em que discutimos nesta Casa o plano de

carreira, sob o argumento de economia do Estado, os professores temporários passaram a receber remuneração por hora trabalhada. Nesse caso, cria-se trabalhadores de primeira e de segunda categoria. Nós queremos que os trabalhadores temporários, nos casos previstos em lei, recebam o mesmo salário dos professores concursados, até porque desempenham a mesma função.

Quero também dizer que hoje a bancada do Partido dos Trabalhadores teve um encontro com toda a equipe da Secretaria de Educação. Saímos bastante animados com alguns princípios que serão encaminhados por essa Secretaria.

O primeiro se refere à valorização dos trabalhadores em educação, que já se encontram em campanha salarial. Recebemos o menor salário de nível superior do Distrito Federal. Há também a questão da educação integral, que, a partir do ano que vem, será implantada nas 3 regiões que têm o menor IDH do Distrito Federal: o Condomínio Sol Nascente, o Itapoã e a Estrutural. Não será uma educação integral do faz de conta, como vimos anteriormente, mas uma educação integral em que haverá a integralização dos currículos. Portanto, essa é uma experiência que precisa ser implantada em todas as escolas do Distrito Federal.

Há também a gestão democrática do sistema público de ensino. Nós queremos a democratização do ensino em todos os níveis. Para isso, eu já protocolei um projeto dos trabalhadores, pois este é um compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores em todos os níveis, seja nas escolas, seja nas regionais, seja na Secretaria de Educação. No dia 28, às 14h, e já convido todo mundo, teremos uma audiência pública aqui na Câmara Legislativa para discutirmos a questão da democracia nas escolas.

Outro assunto diz respeito a creches. Serão construídas 50 creches, pois hoje existem 110 mil crianças em idade de 0 a 3 anos sem atendimento. A creche não pode ser disponibilizada dentro de uma visão assistencialista. Ela precisa ser feita com corte da educação para beneficiar as crianças e dar autonomia às mulheres, a fim de ingressarem no mercado de trabalho e se qualificarem profissionalmente. Portanto, o paliativo de mãe crecheira não resolve o problema das creches. O que queremos é creche pública em todas as cidades do Distrito Federal.

Outro ponto é o combate ao analfabetismo. Hoje temos 5% de analfabetos no Distrito Federal e 9,5% no Brasil. Portanto, para a Capital do País, é um índice muito alto.

Outra meta é a questão da desprivatização da educação e o fim da terceirização. Eu acredito que são metas importantes. Trata-se de uma agenda positiva. O que temos é que cobrar. E a mobilização da sociedade civil e dos trabalhadores é fundamental para que consigamos alcançar essa meta.

Por fim, quero elogiar a atitude da Secretaria da Educação em suspender o pagamento da Sangari. Tive oportunidade, no Governo passado, como dirigente do Sindicato dos Professores, de denunciar a falcatrua desse projeto Ciência em Foco – 600 milhões de reais. Custa 300 mil o laboratório por escola. Hoje, esses kits apodrecem nas escolas, e esse dinheiro público poderia ter sido usado na contratação de professores, na valorização da escola pública, na construção de mais escolas, de mais hospitais. Portanto, é fundamental a suspensão do pagamento e a investigação dessa empresa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero transmitir uma notícia boa a esta Casa neste momento. Eu acabo de falar com o Secretário de Saúde do Distrito Federal, Sr. Rafael, e comunico a esta Casa a convocação, até sexta-feira, de todos os auxiliares de enfermagem que estão dentro do contrato da lei para trabalharem em Santa Maria e nas demais redes.

Haverá também convocação de mais médicos e fisioterapeutas. E mais: está sendo aberto concurso, primeira etapa, para enfermeiros e médicos. Portanto, está sendo seguida a lei aprovada por esta Casa. É um Governo que age dentro da moralidade e da seriedade. Não faz discurso, age. Esse é o Governo Agnelo Queiroz na área da saúde, capitaneado pelo nosso querido Secretário Rafael, homem de palavra.

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi veiculada uma matéria, inclusive no blog da Paola Lima, que fala sobre a reunião da bancada do PT com a Secretária. Os encaminhamentos, que estão no blog, são 4: Escola em Tempo Integral, Gestão Democrática, Combate ao Analfabetismo, Informação de Dados. Eu gostaria de pedir à bancada, nesta tarde, que fosse incluído um dado importante: a contratação de professores concursados, que não está na pauta.

Muito obrigada. (Palmas.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de informar que, em função do debate sobre a questão dos hemofílicos do Distrito Federal, teremos amanhã uma audiência, uma mesa redonda com os Parlamentares da Comissão de Educação e Saúde. Estarão os Parlamentares que têm interesse em discutir esse assunto, a direção do Hemocentro, o Ministério Público Federal e a Secretaria de Saúde. Portanto, essa audiência, que foi reivindicada pelos Srs. Deputados, será amanhã às 11h.

Aproveito essa oportunidade para convidar todos os Srs. Deputados a virem ao plenário para que possamos votar os 5 itens da pauta, que são vetos, e, conseqüentemente, desobstruí-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.571, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 41.661.000,00 (quarenta e um milhões, seiscentos e sessenta e um mil reais)”.

Informo que o veto parcial incidiu sobre o programa de trabalho constante do referido projeto de lei, correspondente às Emendas nºs 18, 19, 23 e 29, apresentadas pelos Deputados desta Casa. Informo, ainda, que o veto à Emenda nº 18 já foi apreciado por esta Casa.

Consulto os Deputados se há acordo para votação, em bloco, dos vetos restantes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, existe acordo. E, orientando o nosso bloco, somos pela manutenção do veto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso bloco também reafirma o acordo. Também votamos pela manutenção do veto.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação

Democrática Popular. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso bloco também mantém os vetos.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (Bloco PR/PP/PTB/PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há acordo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (Bloco Avanço Democrático. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas informar aos Srs. Deputados que isso é matéria vencida. Então, a derrubada do veto é mais do que necessária, porque o Orçamento de 2010 já se encerrou. Isso é uma questão até mesmo de respeito à Lei Orçamentária Anual.

Portanto, a manutenção do veto é uma necessidade para tornar a execução orçamentária correta.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está Presidência informa que o relatório já foi feito. Não é preciso proferir relatório.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DATA 22/02/2011  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL(VETOS) PARCIAL(S) AB(S): Emendas nºs 18, 23, 29

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 1571/10

Autor: Deputado(a): Agnelo Queiroz

Relator: Deputado(a): Agnelo Queiroz

PS	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLAUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAUJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	DOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB	X				
	LUIZA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB				X	
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC				X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		18			06	

ASSP SECRETÁRIO DEP. Dr. Michel FB. Nº 1

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		

CONSOLIDADO POR ASSP/ Nº 1

ASSINATURA MAT. FOLHA Nº

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF - Tel.: 3488274  
Email: plenario.assessoria@cl.df.gov.br

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

## Item nº 2:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.542, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.205.000,00 (treze milhões, duzentos e cinco mil reais)".

Informamos que o veto parcial incidiu sobre problemas de trabalho constantes do referido projeto de lei, correspondentes às Emendas nº 2, 5, 9, 10, 15, 19, 24, 38, 42, 55, 57, 62, 71, 72, 77, 89, 102, 108, 112 e 117, apresentadas por Deputados desta Casa.

Consulto os Deputados para saber se há acordo para votação em bloco das emendas citadas. Que os Líderes se pronunciem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fizemos um acordo, sob a Presidência de V.Exa., na sala da Presidência. Existe acordo para votar globalmente pela manutenção do veto. Já adianto a posição do nosso bloco pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O bloco do PT e do PRB é pela manutenção. O voto é "sim".

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (Bloco PR/PP/PTB/PSDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB acompanha o acordo mantido na Presidência. O voto é "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O PTB, o PP, o PR e o PSDB.

Deputado Agaciel Maia, o posicionamento de V.Exa. pelo PMDB, PTC, PSL, PSC.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Encaminho pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Olair Francisco, como encaminha V.Exa. pelo Bloco Avanço Democrático?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (Bloco Avanço Democrático. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Prof. Israel Batista, como encaminha V.Exa. pelo Bloco da Renovação Democrática Popular?

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Encaminho pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wasny de Roure, como encaminha V.Exa. como Líder do Governo?

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Pela manutenção do veto, Sr. Presidente. A matéria perdeu o objeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Proferido o relatório da CCJ, em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Informo que o veto é parcial e incidiu sobre os dispositivos decorrentes da aprovação das Emendas nº 2, 5, 9, 10, 15, 19, 24, 38, 42, 55, 57, 62, 71, 72, 77, 89, 102, 108, 112 e 117. Indago se há destaque para votação de emenda em separado. Não havendo, a votação será única para todas as emendas, conseqüentemente para todos os dispositivos dela decorrentes, salvo manifestação em contrário.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO  
REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA: 22/03/2011

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A(S): *Emendas 2, 5, 9, 10, 15, 19, 24, 38, 42, 55, 57, 62, 71, 72, 77, 89, 102, 108, 112, 117*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)  
 PROJETO DE LEI Nº(S): *1542/10*

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo  
Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	✓				
	AYLTON GOMES	PR	✓				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	✓				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	✓				
	CELINA LEÃO	PMN	✓				
	CHICO LEITE	PT				✓	
	CHICO VIGILANTE	PT	✓				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	✓				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	✓				
	DR. MICHEL	PSL	✓				
	ELIANA PEDROSA	DEM				✓	
	EVANDRO GARLA	PRB	✓				
	JOE VALLE	PSB	✓				
	LILIANE RORIZ	PRTB	✓				
	LUZIA DE PAULA	PPS	✓				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	✓				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	✓				
	RAAD MASSHOU	DEM				✓	
	REJANE PITANGA	PT	✓				
	RONEY NEMER	PMDB	✓				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB				✓	
	WASNY DE ROURE	PT	✓				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	✓			✓	
	PATRÍCIO	PT	✓				
	TOTAL		18			06	

ASSP \_\_\_\_\_ Nº ASSP \_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO DEP. *Dr. Michel* Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	✓
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	06		

CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_ ASSP/ Nº \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_ MAT. \_\_\_\_\_ FOLHA Nº \_\_\_\_\_

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF - Tel.: 3488274  
Email: plenario.assessoria@cl.df.gov.br

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

## Item nº 3:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.586, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 37.185.507,00 (trinta e sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e sete reais)".

A Presidência designa o Deputado Joe Valle para emitir relatório sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.586, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 37.185.507,00 (trinta e sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e sete reais)".

Motivos para o veto ao Projeto de Lei nº 1.586, de 2010:

a) O referido dispositivo incorpora ao Projeto de Lei nº 1.586/2010 a alteração do anexo XX da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.461/2009), que trata das despesas de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimo, por meio de emenda parlamentar, constituindo, dessa forma, contrariedade ao disposto no art. 72, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Ocorre que as programações constantes do referido anexo são elaboradas segundo as demandas apresentadas por todos os órgãos do Executivo, centralizadas na Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão central de planejamento e orçamento. Portanto, existe toda uma programação para a realização dos reajustes, das contratações e da necessidade de criação de cargos comissionados. Procedimento esse que deve ser considerado nesse processo de execução orçamentária, sobretudo considerando-se a viabilidade constitucional dos mesmos;

b) Além disso, não seria prudente a alteração do citado anexo em meio a PL de créditos adicionais específicos;

c) Vez que a readequação das autorizações de acréscimos de pessoal para o exercício de 2010, por meio do Projeto de Lei nº 1.469/2009, não contempla a modificação do anexo XX da Lei Orçamentária Anual promovida por esta Casa Legislativa, o procedimento parlamentar vai de encontro à compatibilidade com o anexo IV da LDO, conforme estabelece o art. 44, § 5º, da Lei nº 4.386, de 5 de agosto de 2009 (LDO 2010). Essa consonância será promovida a partir da aprovação do PL nº 1.586/2010.

Esses são os motivos do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Informo que o veto é parcial e incidiu sobre o art. 4º.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme o acordo estabelecido na reunião de hoje à tarde, nosso bloco vota pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 14.900.000,00 (quatorze milhões e novecentos mil reais)”.  
A Presidência designa o Deputado Joe Valle para emitir relatório sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir o relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.595, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 14.900.000,00 (quatorze milhões e novecentos mil reais)”.

Foi vetada a Emenda Modificativa nº 1, de 2010, de autoria do Deputado Cristiano Araújo. Então, vou ao motivo do veto. Em consulta ao quadro de detalhamento de despesa da referida unidade, verifica-se que a dotação orçamentária objeto de cancelamento apresenta apenas R\$ 42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais) de saldo disponível, sendo o referido montante consignado pela Lei nº 4.461, de 30 de dezembro de 2010, Lei Orçamentária Anual, não havendo posteriormente qualquer alteração orçamentária que adicionasse créditos à programação citada. Dessa forma, a alteração proposta resta inexecutável, visto que não há recursos orçamentários disponíveis na totalidade requerida pela emenda, o que impossibilita o seu cancelamento para posterior suplementação em outro programa de trabalho. Essa é a razão exposta que ensejou a posição de veto à emenda em tela.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência informa que o veto é parcial e incidiu sobre o Anexo I, decorrente da aprovação da Emenda nº 1. Informo que o veto é parcial e incidiu sobre o Art. 4º.  
Em discussão o relatório. (Pausa.)  
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.  
Passa-se à apreciação do veto.  
O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.  
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DATA: 22/03/2011  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO  
REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL: VETO(S) PARCIAL(S) A(S): art. 4º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)  
PROJETO DE LEI Nº(S): 1.586/10  
Autor: Deputado(a): Executivo  
Relator: Deputado(a): Joe Valle

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	AYLTON GOMES	PR					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X			X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X			X	
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	X			X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		17			07	

ASSP SECRETÁRIO DEP. Dr. Michel Fil. Nº ASSP 1

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		

CONSOLIDADO POR ASSINATURA MAT. ASSP Nº 1 FOLHA Nº

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 4:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.595, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DATA: 22/03/2011  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO  
REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL: VETO(S) PARCIAL(S) A(S): Emenda nº 01 - Anexo I - Secretaria de Trabalho - Reforma do Centro de Comercialização do Hátzari

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)  
PROJETO DE LEI Nº(S): 1595/10  
Autor: Deputado(a): Executivo  
Relator: Deputado(a): Joe Valle

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	AYLTON GOMES	PR					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X			X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X			X	
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	X			X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		18			06	

ASSP SECRETÁRIO DEP. Dr. Michel Fil. Nº ASSP 1

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		

CONSOLIDADO POR ASSINATURA MAT. ASSP Nº 1 FOLHA Nº

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar aos Srs. Deputados um minuto de compreensão.

Nós temos uma discussão preliminar com as assessorias de cada um dos Deputados que estiveram presentes na reunião de hoje, às 9:30h, sobre a possibilidade de votarmos amanhã o projeto que trata do empréstimo do BID, da casa de até 55 milhões de dólares.

Esse projeto que já está num longo debate é apenas uma mera reformulação do direcionamento dos recursos. Há uma previsão de recebimento de uma comissão do BID na próxima segunda-feira. Portanto, seria uma demonstração de confiança nessa negociação que já vem do Governo anterior e já está em fase conclusiva para que nós possamos ter o projeto aprovado e, na próxima semana, viabilizar as tratativas do Governo do Distrito Federal com o BID.

Portanto, solicito o empenho dos Deputados para que amanhã possamos verificar essa votação e, conseqüentemente, dar desdobramento.

Para qualquer informação adicional, a assessoria de Governo está à disposição e, na rede de informação, também constam as informações complementares conforme reunião anterior, em face dos pedidos dos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência indaga se há acordo dos líderes dos blocos. (Pausa.)

Esta Presidência convoca uma reunião para amanhã, às 14h30min, novamente, na Presidência desta Casa, para que possamos definir a pauta. É bom lembrar aos Parlamentares, principalmente aos Líderes, que na quinta-feira temos comissão geral; portanto, temos que fazer um esforço amanhã para votar os vetos e o projeto que o Deputado Wasny de Roure acabou de relatar. S.Exa. falou da importância de aquisição desse empréstimo do BID, cujos membros estarão aqui na segunda-feira.

Portanto, convoco os líderes para uma reunião amanhã, às 14h30min, na Presidência desta Casa, novamente, para que possamos definir a pauta e vir ao plenário com a pauta acordada para iniciarmos o processo de votação.

Às 14h, com os 24 Deputados, na Presidência e, às 14h30min, com os líderes para definirmos a pauta. Em meia hora definimos a pauta, como fizemos hoje.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, às 14h é a reunião com...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com os 24 Parlamentares, na Presidência, para tratar de assuntos de interesse da Casa e, às 14h30min, reunião do Colégio de Líderes para definir a pauta. Como os líderes estão muito disciplinados, em meia hora definimos a pauta de votação.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, esse empréstimo do BID é bom ser discutido porque há algumas questões no projeto analisado que ainda não estão esclarecidas. Então, vou encaminhar ao Líder do Governo as dúvidas que levantamos, porque é pedido um empréstimo para o Pró-Cidade, só que esse projeto ainda não está cadastrado no BID. Há algumas coisas que não conseguimos entender. Vou passar todas as dúvidas ao Líder do Governo, ao Secretário do Governo, para que amanhã facilite a aprovação no Colégio de Líderes. Inclusive, vou encaminhar isso ao líder do meu bloco, porque ainda temos algumas dúvidas. Foram apontadas hoje na reunião técnica, mas ainda não foram sanadas. A intenção não é dificultar, mas, sim, que as dúvidas sejam respondidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Cristiano Araújo, o líder, com certeza, irá sanar as dúvidas para que, à tarde, possamos entrar em processo de votação.

Item nº 5:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.597, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento”.

A Presidência designa o Deputado Joe Valle para emitir relatório sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.597, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

O veto do Sr. Governador ao Projeto de Lei nº 1.597, de 2010, foi encaminhado por meio da Mensagem nº 119, de 2010.

O Sr. Governador informa que vetou a Emenda Modificativa nº 1 porque ela não atende às exigências legais aplicáveis aos atos concernentes a projetos de lei relativos a créditos adicionais.

É o relatório, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

Informo que o veto parcial incidiu sobre os dispositivos decorrentes da aprovação da Emenda nº 1.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO  
REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA: 22/03/2011

VETO TOTAL (VETOS) PARCIAL(S) AB(S): Emenda nº 01

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)  
PROJETO DE LEI Nº(S): 1544/2010

Autor: Deputado(a):  
Relator: Deputado(a): Joe Valle X Executivo

PS	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN	X				
	CHICO LEITE	PT	X			X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RONEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB				X	
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC				X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		18			06	

ASSP SECRETÁRIO DEP. Dr. Michel ASSP Nº 1

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		

CONSOLIDADO POR ASSINATURA MAT. FOLHA Nº

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF - Tel.: 3488274  
Email: plenario.assessoria@cl.df.gov.br

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Consulto os Líderes, já que há ainda outros vetos obstruindo a pauta, se há acordo e consenso para votarmos apenas um requerimento de autoria do Deputado Dr. Michel, que solicita a realização de audiência pública para a próxima segunda-feira, dia 28/2/2011. Essa votação deverá ser pelo processo nominal, já que a audiência pública será fora da sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós do Bloco PT/PRB estamos de acordo em votar agora o requerimento do Deputado Dr. Michel, para que S.Exa. possa realizar a audiência pública na segunda-feira com a maior tranquilidade. Eu acredito que será uma audiência pública que trará uma alta produtividade para esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto a Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Avanço Democrático. Sem revisão da oradora.) – De acordo também o nosso bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Consulto o Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Sem revisão do orador.) – De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Rôney Nemer, V.Exa. também está de acordo com a votação do requerimento do Deputado Dr. Michel?

DEPUTADO RÔNEY NEMER (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Cristiano Araújo, o Bloco PR/PP/PTB/PSDB está de acordo?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (Bloco PR/PP/PTB/PSDB. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Se não há nenhuma discordância, apreciaremos o Item nº 23.

Item nº 23:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “requer a realização de audiência pública sobre a pretendida instalação do Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE em Sobradinho II, com a participação dos Secretários de Estado de Obras e da Criança e do Adolescente do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o requerimento; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 22/03/2011

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 1 / 2011

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO
- PARECER ÀS EMENDAS: AP. NºS \_\_\_\_\_ EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_
- CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_
- RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_
- REQUERIMENTO Nº(S) 206/11
- OUTROS \_\_\_\_\_
- VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Dr. Michel  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PMN	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLAUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB				X	
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC				X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		17			07	

\*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Dr. Michel  
CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_ ASSP/ Nº \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_ MAT. \_\_\_\_\_ FOLHA Nº \_\_\_\_\_

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só quero avisar que a visita ao “lixão”, amanhã, será às 9h. Então, nós estamos combinando de nos encontrar em frente àquele posto policial militar da Estrutural. E eu gostaria de pedir aos Deputados que irão acompanhar que não chegassem atrasados, porque temos outra reunião na Secretaria de Saúde às 11h. Então, quem quiser acompanhar a comissão amanhã ao “lixão”, será às 9h. Vamos tentar ser pontuais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão. (Levanta-se a sessão às 18h48min.)